

A complexidade ambiental nos convida a dialogar com as incertezas da modernidade

Environmental complexity invites us to argue about modern uncertainties

Dimas FLORIANI*

É evidente que se pode fazer diversas abordagens sobre qualquer trabalho intelectual, dependendo das ênfases e dos interesses – conscientes e inconscientes – do intérprete. As limitações pessoais do comentador, em termos de alcance de sua análise, também podem interferir no tipo de discussão apresentada.

Em relação ao livro de espessa densidade de Enrique Leff – *Epistemologia Ambiental*, São Paulo, Cortez Editora, 240 p., 2001 –, são possíveis múltiplas leituras, principalmente pela grande quantidade de temas discutidos por ele e pela riqueza e maestria de como são apresentados ao longo dos cinco capítulos do livro: articulação das ciências na relação sociedade-natureza; interdisciplinaridade; transdisciplinaridade; desenvolvimento sustentável; racionalidade ambiental; saber ambiental; diálogo de saberes; complexidade ambiental...

Como não poderia ser diferente, a exposição do autor revela o desenrolar de um debate intelectual, científico e político presente na história mundial dos últimos quarenta anos, cujo cenário revela grandes eventos em escala planetária e constitui o pano de fundo dos embates teóricos, políticos e culturais: Guerra do Vietnam, Maio de 68, Woodstock, Lutas de Libertação Nacional na África, recrudescimento da Guerra Fria, Crise do Petróleo, enfim, contestação política e cultural contra o sistema capitalista ocidental e o estatismo soviético.

Gostaria de enfatizar dois momentos fortes do livro, a saber que há, por um lado, sólidos vínculos com a teoria do materialismo histórico quando o autor configura a gê-

nese da epistemologia ambiental, em termos de uma teoria do conhecimento e de uma filosofia da ciência. Neste sentido, a matriz dessa epistemologia é nitidamente althusseriana. Por outro lado, vislumbra-se um movimento de sentido oposto, isto é, quando se nota que o autor procura, nos capítulos subseqüentes, ultrapassar os limites da lógica de análise impressa no capítulo inicial. Aqui, o inusitado é o diálogo feito com pensadores que não apresentam credenciais epistemológicas associadas com a teoria marxista: Nietzsche, Derrida, Baudrillard, Foucault, Heidegger, Levinas, para citar alguns dos principais.

Por que Leff faz um inventário crítico prévio da teoria do conhecimento, no capítulo I (“Sobre a articulação das ciências na relação natureza-sociedade”) do seu livro? Justamente para demarcar o território da produção social do discurso científico. Este é mapeado por um processo de construção teórica de diversos e diferentes objetos: objeto real (empírico), objeto de trabalho (noções, técnicas de investigação, método) e objeto teórico (categorias teóricas, conceitos). Fiel, por ora neste primeiro capítulo, ao cânone althusseriano de que a ciência nunca se confunde com a realidade, o autor indica que o conhecimento científico é um processo resultante de uma prática teórica ou de uma relação entre o pensamento e o real, não podendo ser confundido com a realidade mesma. Mas aqui Leff já aponta limites deste enunciado ao dizer que Althusser e Balibar não definem as determinações e as especificidades da realidade social e natural, no intuito de perceber lógicas particulares dos diferentes campos do conhecimento. Assim, esse método pode le-

* Professor do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR e atual Editor Científico desta revista. E-mail: dimas@reitoria.ufpr.br

var às renomadas teorias gerais, capazes de responder a todos os domínios da realidade. Pareceria que Leff quer, desde já, evitar ser apanhado por essa armadilha.

A título de indicação, esta discussão pareceria interessar a alguns filósofos, sobre o caráter metafísico ou não da ciência. Mais precisamente, se ciência e filosofia devem manter um diálogo. As célebres provocações de Feyerabend a esse respeito ilustram a importância deste debate nos últimos anos.

Se por um lado Leff constata que a discursividade científica constitui um continente teórico diferente de outras discursividades (ideologias, artes etc.), por outro indica que “a produção de conhecimentos científicos nunca é um campo neutro onde entram em jogo as possíveis combinações de idéias e noções ou a interseção de teorias para apreender diferentes relações da realidade” (p. 27). Não faltam aqui os chamados obstáculos epistemológicos na elaboração de conceitos científicos para desvendar os processos de conhecimento, conforme enunciou Gaston Bachelard.

A relação existente entre produção social da ideologia e da ciência e suas mútuas influências não é um caminho tão nitidamente demarcável como pretendia a exegese althusseriana. O debate dessa relação no campo ambiental é também matéria de complexa controvérsia e inclusive de intensa polêmica na própria proposição de Leff. O diálogo de saberes e a racionalidade ambiental seriam produções discursivas e práticas sociais que não teriam preocupações maiores com qualquer tipo de ruptura epistemológica ou com qualquer tipo de pureza científica.

A intenção de Leff neste primeiro capítulo não é a de explicitar a exegese althusseriana. O eixo central de sua preocupação é de mostrar que a articulação entre pretensos conhecimentos unificadores da ciência (seja a Teoria Geral de Sistemas, seja a Interdisciplinaridade ou ainda a Ecologia ou o Materialismo Histórico), enquanto expressão de um pensamento único ou de uma fusão dos objetos teóricos das ciências, não é um problema de ordem técnica, uma vez que esses objetos teóricos são intransferíveis de uma ciência para outra.

Para Leff, o problema da articulação das ciências não permite por si só unificar toda a realidade em um único conhecimento, uma vez que o concreto só é analisável a partir da especificidade de cada uma das ciências legitimamente constituídas (p. 37) – e aqui Leff não discute o que seria uma ciência legitimamente constituída. Mas logo em seguida constata que os objetos científicos tanto da Física,

da Biologia, da Lingüística, da Psicanálise, da História etc. são objetos autônomos não constituindo uma hierarquia fundadora de sua gênese histórica.

Mais do que isto, pode-se perceber que a estratégia de Leff não é de negar a possibilidade de boas hibridações entre os diversos conhecimentos científicos. Se uma possível – e até necessária, diria – articulação científica não pode ser pensada como uma fusão dos objetos teóricos das ciências, deve sim ser entendida como um “efeito de conhecimento” de seus conceitos com uma série de conflitos com outras ciências e com a produção social do conhecimento.

Só assim Leff poderá livrar-se das armadilhas e armaduras teóricas do modelo althusseriano.

Finalmente, e não é pouco que se diga, Leff busca orientar sua discussão sobre as bases de uma teoria da ciência que seja capaz de distinguir níveis diferenciados de articulações teóricas e de relações reais entre sujeitos históricos, suas práticas sociais e suas visões de mundo. Daí que “natureza” e “sociedade”, mais do que conceitos ou objetos científicos, são duas categorias genéricas, apropriáveis de diversas maneiras (absorvíveis, segundo Leff) e transversais aos múltiplos conceitos científicos.

O que levaria Leff a transpor as fronteiras do esquema inicial de sua abordagem para as etapas sucessivas de seu livro? O capítulo 2 (“Interdisciplinaridade, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”) é ainda um preâmbulo da ruptura que se vai observar mais adiante no livro. Só a partir do capítulo 3 é que Leff buscará produzir conceitos novos, emprestados de teorias relativamente distintas, embora do mesmo campo, isto é das ciências sociais, capazes de expressar uma problemática teórica específica do *campo socioambiental*.

No segundo capítulo, portanto, diagnostica as bases históricas da evolução das sociedades, associando-as a uma crise de civilização, cuja expressão ocorre através do questionamento de sua racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Essa problemática ambiental só será passível de entendimento por meio do concurso e da integração de campos muito diversos de saberes. Daqui emerge a necessidade de elaborar *estratégias conceituais* para viabilizar outra concepção de *racionalidade ambiental*. Por isso Leff se esmerará em avançar na direção de uma teoria sobre as relações entre sociedade e natureza.

Estamos, portanto, a meio caminho de uma ruptura de visão que Leff mantinha tanto sobre os campos científicos particulares como sobre o plano de articulação entre si. Ruptura, contudo, não significa incoerência em seu pensa-

mento. Ao contrário, ciente das dificuldades de se fundar uma nova problemática teórica pelo simples fato de se apropriar de noções e conceitos comuns a diversos saberes, tais como *meio*, *ambiente*, procura estar alerta para identificar os principais efeitos ideológicos do reducionismo ecologista e do funcionalismo sistêmico. Uma nova problemática ambiental que não deve situar-se nem apenas no domínio do social, nem do natural, nem na formulação de uma teoria geral formal, vazia de conteúdos reais; ao contrário, deverá observar que ambos sistemas estão dialeticamente imbricados e que possuem autonomias e interdependências simultâneas.

Ocorrem desestabilizações no interior das ciências da vida, da natureza e da sociedade, perturbadas pela crítica social e pela “invasão” de problemáticas novas de fronteira (Geografia, Economia, Ecologia, Geologia, Sociologia, Antropologia, Biologia etc.), forçando o aparecimento de novos campos do saber, através de disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento. Em que pese a isso, Leff mantém-se fiel à sua lógica teórica anterior, a saber que somente pelos critérios de cientificidade de cada teoria e dentro da especificidade de sua prática científica será possível exercer um controle sobre formas possíveis de incorporação e assimilação de teorias e métodos externos.

Antecipadamente, pode-se perguntar: como ocorrerá a passagem para uma concepção mais arrojada de *racionalidade ambiental*, presente na discussão do capítulo 3 (“Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento”)? Deve-se lembrar que uma das principais críticas que se faz ao paradigma positivista de ciência é a fragmentação do conhecimento em domínios estanques, crítica que Leff endossa mesmo considerando legítima a evolução operada nas ciências. Possivelmente, sua nova estratégia explicativa parte de duas esferas complementares: por um lado, derivada do “efeito de conhecimento”, no interior das ciências e das articulações entre diversos campos científicos e, por outro lado, da crítica social e política dos sujeitos coletivos que produzem novas discursividades, novos saberes e resistências frente à racionalidade instrumental da sociedade de mercado.

Marx e o conceito de formação econômico-social, Weber e os conceitos de ação social e de racionalidade; Foucault e o conceito de saber derivado para a produção social do discurso ambiental: tais são as combinações que Leff sugere para incrementar a categoria de *racionalidade*

ambiental. Ao não se propor como princípio epistemológico geral para a reunificação do saber ou para a integração interdisciplinar das ciências (uma vez mais, coerente com seus pressupostos epistemológicos iniciais), Leff entende que a categoria de “racionalidade ambiental” serve como um conceito heurístico (isto é, não pretende enunciar verdades a exemplo das *démarches* axiomáticas), dinâmico e flexível para analisar e orientar os processos e as ações ambientalistas.

Note-se que aquela categoria de análise – racionalidade ambiental – é fortemente normativa e ideativa, embora possa oferecer-se para explicar os processos de conflito, tanto das dinâmicas de produção e reprodução material das sociedades, como das ações e das (ir)racionalidades humanas, bem como de suas disputas por ressignificações do mundo e dos territórios de saberes e de poderes. Tudo isto aparece potencializado quando se exerce a crítica à racionalidade instrumental que fragmenta, distorce, monopoliza interesses, submetendo-os ao mercado e à destruição da natureza.

A aproximação entre os três citados autores clássicos do moderno pensamento social pode ser motivo para bons debates, não apenas de fundo epistemológico mas também empírico e metodológico; testar a eficácia daqueles conceitos na análise concreta dos fenômenos socioambientais contemporâneos é da maior pertinência para os estudos e pesquisas em andamento.

O capítulo 4 (“Saber ambiental: do conhecimento interdisciplinar ao diálogo de saberes”) instaura a ruptura de sentidos e de orientações teóricas, culminando com o último e quinto capítulo (“Pensar a complexidade ambiental”). Uma nova racionalidade ambiental depende do concurso ou do consórcio de distintas estratégias para fragilizar a racionalidade instrumental dominante. São legítimas, portanto, tanto a emergência de novos saberes/fazeres científicos, que dialogam entre si, como também a reemergência de outros saberes, ligados à tradição dos saberes sociais (adeus à arrogância da divisão elitista da ciência contra as ideologias e as ilusões do saber popular!): “O saber ambiental ultrapassa o campo da racionalidade científica e da objetividade teórica, de onde emergem novas estratégias conceituais. Isso propõe a revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade” (p. 168).

Nem método sistêmico, nem método interdisciplinar, nem mercado para reintegrar o conhecimento sobre natureza e sociedade. A racionalidade ambiental necessita da cons-

telação de diversidades arraigadas na cultura e na identidade. Isto porque “os conflitos ecológicos e a crise ambiental não podem ser resolvidos mediante uma administração científica da natureza” (p. 179).

Como enunciado-limite, operando na ausência do poder das ciências, temos que o saber ambiental busca o que as ciências ignoram, pois além de desconhecerem os outros saberes, subjugam-nos.

Com a complexidade ambiental, Leff ultrapassa as fronteiras da racionalidade ditada pela ciência e passa a negociar entre superfícies discursivas mutuamente contraditórias. Para tanto, desencadeia uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer, sobre a hibridação de conhecimentos na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes, a subjetividade, um confronto entre o racional e o moral, entre o formal e o substantivo.

Dá o autor buscar sua atual fonte de inspiração em pensadores que criticam o pensamento instrumental e tecnocrático. Para perceber o outro lado, isto é, racionali-

dades alternativas, é necessário colocar o pensamento ao avesso, desconstruí-lo hermeneuticamente.

Mas a complexidade ambiental não é apenas um exercício especulativo sobre o mundo; ela é pró-ativa e depende de uma pedagogia autocrítica que tenta negociar com a incerteza e com os saberes desvalorizados e dominados. Assim, o mundo não é qualquer coisa de relativo. Uma nova racionalidade ambiental deve estar engajada com a vida, comprometer-se com a equidade social e com a emergência de valores que permitam refundar um novo contrato solidário da humanidade consigo e com a natureza. Não pode fazer concessão a um relativismo cínico, mas deve estar aberta às utopias.

A obra de Leff é um convite para a reflexão e para a ação; testemunha de engajamentos teóricos e políticos, serve de exemplo para a criatividade do pensamento, além de ser uma obra aberta, capaz de dialogar com a incerteza. Um belo exercício para a construção de um projeto intelectual no interior da complexidade ambiental.